

A RELIGIÃO ENQUANTO FERRAMENTA DE PODER POLÍTICO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ILUMINADA PELA FILOSOFIA DE FRIEDRICH NIETZSCHE

*Artur Rodrigo Itaqi Lopes Filho**

“Como? O homem é apenas um erro de Deus?

Ou será Deus apenas um erro do homem?”

(NIETZSCHE, 2010, p.19)

Resumo: O presente trabalho constitui em uma sintética apresentação da genealogia da religião enquanto ferramenta de poder político iluminado pela perspectiva crítica de Friedrich Nietzsche. Tal estrutura de poder seria, segundo o autor, resultado de um organizado movimento de subversão de um estado de vida natural em vias de instaurar um princípio pouco natural que visa a igualdade e o rebaixamento, daqueles providos de qualidades naturais, ao nível do fraco naturalmente desprovido de qualidades naturais.

Palavras-chave: Friedrich Nietzsche, religião, Poder, Estado.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo expor a perspectiva de Friedrich Nietzsche frente à problemática genealogia da religião enquanto ferramenta de articulação política para fins de instauração de uma questionável estrutura de poder que visa beneficiar aqueles que, segundo o autor, seriam desprovidos de “qualidades” naturais.

A lógica do autor constitui no pressuposto da existência de uma espécie de constituição natural que em alguns seriam mais e em outros menos

* Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela ESPM/RS. Licenciado em Filosofia pela UNILASALLE/Canoas, Mestre em Filosofia pela UNISINOS e Doutorando em Filosofia pela PUCRS. Atualmente é professor da disciplina de filosofia da Escola São José/Pelotas.

desenvolvidos, como nas demais espécies de animais presentes na natureza, a natureza humana qualificaria os seus membros em “fortes” e “fracos”. Assim, a religião apareceria dentre os povos como parte de uma manifestação política daqueles desprovidos de “qualidades” naturais. Deus, como a representação maior do poder daqueles considerados naturalmente mais fracos, refletiria moralmente e, igualmente, politicamente os anseios dessa massa de indivíduos naturalmente “fracos”.

A figura de um ser superior dotado de qualidades infinitas, juiz e presente em todos os lugares (onipresença) seria o argumento último para a instauração de um Estado onde imperasse a igualdade entre as variedades de seres humanos até então existentes (fortes e fracos). Deus, como ser invisível e superior julgaria os atos daqueles considerados naturalmente “fortes” através da perspectiva moral daqueles ditos naturalmente “fracos”. Assim, segundo o autor, a lógica do poder natural passaria a ser subvertida e a “igualdade” passaria a imperar.

Rebaixando as qualidades daqueles naturalmente “fortes” ao nível do comum, a religião seria uma ferramenta essencial para o surgimento dos Estados organizados onde a moral do mais fraco imperaria. Leis comuns as quais valorizamos como grandes conquistas da humanidade contemporaneamente são vistas pelo autor como verdadeiras subversões da natureza, reflexo dos anseios daqueles que naturalmente são desprovidos de “qualidades” naturais e que dependem que todos respeitem e aceitem essa “falsa” idéia de igualdade natural.

O mundo ideal

Para podermos ingressar com a devida profundidade na perspectiva de Nietzsche frente ao movimento de formação social que resultou naquilo

que conhecemos hoje como Sociedade Política Organizada, devemos entender os pressupostos que sustentaram o discurso do autor. Para tanto, nos é necessário um afastamento providencial do *modus* pelo qual o autor discorreu seu discurso, pois o mesmo nos apresenta características peculiares que, para muitos, acaba por desviar a atenção daquilo objetivado pelo filósofo.

Sua paixão e envolvimento com os temas que tanto ocuparam suas reflexões são expressos em suas inúmeras obras que, de maneira pouco “acadêmico”, isto é, de maneira não convencional, nos aproxima de uma forma vívida de trabalhar a filosofia distante da rigidez formal pregada pelas inúmeras instituições formadoras do conhecimento dito filosófico, mas dotado da mesma gama de conteúdo necessário para se desenvolver conhecimento acerca dos inúmeros temas possíveis de serem abordados. O problema possível de ser encontrado nesse processo não-convencional, – mares estes os quais o autor tanto navegou – é o desvio de entendimento do assunto abordado. Sua poética muitas vezes acaba por encobrir, esconder e desviar a atenção daquilo que este pretendia nos elucidar, tendo nossa atenção captada pelos inúmeros xingamentos, apontamentos preconceituosos e suas acusações efusivas. Nietzsche é um autor fácil de ler, mas extremamente complexo de se entender.

Assim, entender a lógica do processo de formação dessa Sociedade Política Organizada na qual nos encontramos inseridos, através da perspectiva de Friedrich Nietzsche demanda não somente entender por igual, a compreensão que o mesmo possuía da vida e da natureza humana que acaba por sustentar sua perspectiva de mundo, mas inclusive, necessita um cuidado para não ficarmos na superficialidade do xingamento e assim, por conseqüência, rebaixarmos o autor ao nível do chulo, inferior ou do superficial.

Ainda assim, a compreensão que Nietzsche constrói frente a Sociedade Política Organizada é por deveras passional, muitos podem discordar ou até mesmo rebaixar o autor devido a essa faceta, mas de fato, toda sua filosofia percorre o processo de aprofundamento sentimental onde o autor entende e se envolve com os problemas filosóficos como parte de sua vivência, não somente como parte de seu labor que é encerrado quando afastado de seu ambiente de trabalho. Para o autor, o filósofo é um permanente pensador, não importando onde ele estiver. Não existindo qualquer possibilidade de escapar dessa função, a filosofia só se desenvolve de maneira concreta quando tem origem nas reflexões daquele que de fato vivem a filosofia.

Pode parecer estranho aos ouvidos iniciar um trabalho que se pretende elucidar ao leitor qual o entendimento de um autor referente a Sociedade Política Organizada abordando, por princípio a sua perspectiva do que caracteriza ser de fato um filósofo, mas é exatamente aí que encontramos uma característica essencial da perspectiva de Nietzsche concernente ao ser humano. O filósofo, segundo o autor é um pensador nato, reflete sobre a vida e o mundo devido ao fato deste viver e igualmente se envolver com tudo a sua volta, essa característica básica do filósofo segundo Nietzsche nos revela que: a filosofia é o exercício constante de reflexões próprias (que muitas vezes se pretendem universais) acerca do mundo vivido.

A questão fundamental aqui possível de ser erigida é a seguinte: Se a filosofia é o exercício constante de reflexões acerca do mundo vivido? Que mundo é esse? Nietzsche responde a essa questão em *O crepúsculo dos Ídolos* (2010): “o mundo ‘aparente’ é o único: o ‘mundo verdadeiro’ é apenas um *acréscimo mentiroso...*” (NIETZSCHE, 2010, p.35).

Para o filósofo, o mundo vivido é o mundo no qual nos encontramos, empírico, portanto real, e toda a separação sobre a qual

construímos a história da filosofia contemporânea, ancorada na analogia socrática de “mundo aparente” e “mundo verdadeiro” correspondem a mentiras oriundas de pessoas que não conseguem aceitar a fatídica “realidade” do mundo no qual estamos encerrados a viver.

Sua crítica a separação do mundo vivido em dois mundos segregados o qual se encontra tão apaziguada na filosofia, nos revela uma grande faceta do desenvolvimento político da história da humanidade segundo a perspectiva de Nietzsche. Segundo o autor, os seres humanos se encontram naturalmente divididos em dois grandes grupos que, ao menos teoricamente, viviam entre si (não obrigatoriamente de maneira harmoniosa). Esses dois grupos de pessoas eram caracterizados de maneira subjetiva de acordo com as suas respectivas capacidades de adaptação ou não-adaptação, portanto, consideradas enquanto indivíduos, fortes ou fracos. Essa simples segregação apontava entre os inúmeros grupos sociais aqueles que estavam melhor habilitados a lidar com as adversidades da vida cotidiana. Pessoas que estavam melhores habilitadas não dependiam dos outros para tomar alguma decisão, para agir ou para decidir algo que lhe concernesse. Esses indivíduos eram providos das qualidades necessárias para continuar sua existência, algo não aprendido como um ofício, mas sim obtidos naturalmente, isto é, eram naturalmente beneficiados. Essas qualidades podem ser percebidas na constituição física privilegiada, na rápida capacidade de aprendizado, em uma maior resistência a doenças e intoxicações...

Já os indivíduos dotados da não-adaptação, igualmente, como os indivíduos fortes, recebiam suas adversidades de maneira natural, algo provido de uma natureza frágil que tende a se expressar como o contraposto natural dos naturalmente capacitados. Esses indivíduos tendiam a perecer, pois não conseguiam sobreviver as adversidades do mundo natural devido a constituição física frágil, déficit de aprendizado, baixa resistência a doenças e

intoxicações... Devido a suas constantes necessidades relativa a sua natural inferioridade, Nietzsche descreve esses indivíduos como naturalmente dependentes das habilidades daqueles providos de um conjunto de qualidades naturalmente privilegiados. Assim o autor descreve o desenvolvimento das primeiras Sociedades Politicamente Organizadas: Os indivíduos naturalmente fortes acabam por liderar aqueles naturalmente fracos devido a uma relação de dependência (do fraco), que se dá de maneira igualmente natural.

O problema desvelado segundo a perspectiva do autor se encontra centrado na problemática aceitação dos indivíduos daquilo que lhes é natural. Assim retornamos ao problema dos “mundos” tão bem resolvidos na filosofia de Sócrates (Platão). Para Nietzsche, o indivíduo naturalmente superior tende a aceitar sua constituição privilegiada de maneira pacífica, já que, a sua superioridade natural, por consequência, agregaria benefícios por deveras positivos a dinâmica da vida. Mas esperar que aqueles desprovidos de benefícios naturais tenham a mesma aceitação referente a sua inferioridade e igualmente passem a aceitar como natural uma vida de constante dependência do indivíduo superior, já que ele mesmo é naturalmente desprovido de “benefícios”, isso se torna um problema.

Para Nietzsche é dessa problemática relação que acabamos por desenvolver as Sociedades Politicamente Organizadas: da não aceitação dos inúmeros indivíduos naturalmente fracos de sua condição natural. Para eles o mundo representa a injustiça, a crueldade e o caos, esse mundo é um mundo desordenado, uma falsa realidade que deve ser concertada através da transformação da natureza humana. Nietzsche assim escreve:

Quando é necessário transformar a *razão* em tirano, como fez Sócrates, o perigo de que alguma outra coisa transforme em tirano não deve ser nada pequeno. Naquele tempo, a racionalidade foi percebida como *salvadora*, nem Sócrates nem seus “doentes” eram livres para serem racionais [...]. O fanatismo com que toda a

reflexão grega se lança sobre a racionalidade revela uma situação de emergência: as pessoas estavam em perigo e só tinham uma alternativa: ou sucumbir, ou – se *absurdamente racionais...* (NIETZCHE, 2010, p.31-32).

Na lógica da filosofia de Platão, segundo a perspectiva de Nietzsche, a separação entre mundo das aparências e mundo metafísico, nos quais respectivamente encontramos em um primeiro as múltiplas representações falhas de um segundo onde se encontra a verdade; é a representação clara de um processo de negação desse mundo (mundo vivido) em vias de privilegiar as idéias que fazemos de como deveria ser a natureza ou o mundo ideal. Essa estratégia de “criar” mundos ilusórios “melhores” em qualidade é, segundo o autor, a clara negação do fraco daquilo que a natureza lhe concerniu, isto é, a negação de sua inferioridade e a criação de um mundo imaginário onde suas características passassem a ser vistas como seu contraposto, em fim, como algo positivo.

A filosofia metafísica base dos estudos nos quais fundamos nossa estrutura filosófica até a contemporaneidade reflete o primeiro movimento de negação da natureza humana em nome de uma organização que beneficie o fraco. A criação de um mundo que viesse a substituir o mundo vivido teria por objetivo a reordenação da dinâmica da natureza para enfim beneficiar aqueles naturalmente desprovidos de benefícios naturais, isto é, aqueles indivíduos naturalmente dependentes daqueles providos de qualidades naturais e que se revoltam com essa referida condição.

A criação de um mundo falso, um mundo melhor que viesse a substituir o mundo vivido e viesse a beneficiar o naturalmente desprovido de qualidades naturais, esta sempre foi a estratégia do homem fraco.

A questão dos valores

Segundo a concepção de Nietzsche, o homem natural tem duas facetas distintas: o forte que, devido a uma condição naturalmente privilegiada diante dos demais seres humanos, passaria por consequência a liderar; e o fraco, que, devido a sua condição desprovida de qualidades naturais, por consequência passaria a seguir. Um processo que discorreria, segundo o autor, de maneira natural, já que, o fraco, i.e, aquele desprovido de qualidades naturais, teria uma relação de dependência com o forte para assim perpetuar a sua existência.

O argumento pelo qual o autor justifica sua concepção de natureza humana está calcado em um estudo filológico que o mesmo apresenta em sua obra *A genealogia da moral* (2009), onde, segundo os estudos por ele desenvolvidos, nos revela que a origem da palavra “bom” está calcada em um processo de auto-afirmação das qualidades inerentes a uma certa categoria de seres humanos ditos naturalmente superiores. Assim escreve o autor:

Que significam exatamente, do ponto de vista etimológico, as designações para “bom” cunhadas pelas diversas línguas? Descobri então que todas elas remetem à mesma *transformação conceitual* – que, em toda parte, “nobre”, “aristocrático”, no sentido social, é o conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu “bom”, no sentido de “espiritualmente nobre”, “aristocrático”, de “espiritualmente bem-nascido”, “espiritualmente privilegiado”: um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que faz “plebeu”, “comum”, “baixo” transmutar-se finalmente em “ruim”. (NIETZSCHE, 2009, p.18).

Esse processo de auto-afirmação das qualidades carregadas pelos indivíduos naturalmente superiores refletiria em uma construção de uma linguagem que em sua constituição etimológica apresentaria o “bom” como reflexo verbalizado daquilo que os indivíduos naturalmente superiores carregariam em sua constituição: força, vigor, beleza, sagacidade... Em

contraponto, aquilo que caracterizaria o oposto natural daqueles naturalmente privilegiados. Esses passariam a serem representados pela linguagem humana como o “ruim”, já que representariam em vida tudo aquilo indesejado pelos indivíduos naturalmente superiores: fraqueza, dependência, feiúra, simplicidade...

A superioridade do homem dotado de benefícios naturais acabaria por gerar um desconforto aqueles desprovidos de tais qualidades, ainda mais frente a constituição de uma linguagem que hoje poderia ser considerada por deveras “preconceituosa”. O desconforto dos indivíduos naturalmente inferiores, segundo o autor, promoveria, historicamente, um processo de transformação dos valores carregados pelos fortes em algo depreciativo e, conseqüentemente, na exaltação das não-qualidades carregadas pelos indivíduos desprovidos de qualidades naturais. Essa transformação dos valores é chamada pelo autor de Rebelião Escrava na Moral. Assim escreve Nietzsche:

A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtém reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um “fora”, um “outro”, um “não-eu” – e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este *necessário* dirigir-se ara fora em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto – sua ação é no fundo reação. (NIETZSCHE, 2009, p.26).

O não aceitar de sua natureza leva o fraco a construir sua própria formação moral. Essa moral tem origem em um Não criador proveniente do ressentimento de tudo aquilo que o nobre representa. Assim escreve o autor:

Enquanto o homem nobre vive com confiança e franqueza diante de si mesmo [...], o homem do ressentimento não é franco, nem ingênuo, nem honesto e reto

consigo. Sua alma *olha de através*; ele ama os refúgios, os subterfúgios, os caminhos ocultos, tudo escondido lhe agrada como seu mundo, sua segurança, seu balsamo; ele entende do silêncio, do não-esquecimento, da espera, do momentâneo apequenamento e da humilhação própria. (NIETZSCHE, 2009, p.27).

Assim, com a finalidade de eliminar a superioridade daqueles dotados de qualidades naturais (nobre), o indivíduo desprovido de qualidades naturais (fraco) acabaria por introduzir uma idéia de mundo ilusório, onde os valores carregados por eles passariam a representar tudo aquilo considerado virtuoso em contraponto a negação de tudo aquilo oriundo da auto-afirmação daqueles providos naturalmente de benefícios ditos superiores.

Em meio a tal contexto conflitante resultante da reivindicação de um reconhecimento valorativo daqueles desprovidos de qualidades naturais é que o mundo ilusório – onde as não-qualidades dos fracos são vistas como valores positivos –, passaria a ser empregado como o mundo dito “superior”. Um mundo ideal por deveras mais relevante que o mundo vivido que, segundo o autor, desperta em todos aqueles desprovidos de qualidades naturais, um temor frente à dinâmica com a qual esses não conseguem lhe dar.

Com bases no ideal imaginado pintado em forma de um “mundo de virtudes” no qual são reconhecidas como positivas as não-qualidades carregadas por aqueles retratados pelo autor como indivíduos naturalmente inferiores, é que a religião surge como ferramenta de poder político capaz de subverter a lógica da vida dita natural.

A religião como ferramenta de poder político

O mundo imaginado por aqueles desprovidos de qualidades naturais, segundo o autor, seria a representação de tudo aquilo idealizado como

resultante de uma vida virtuosa. Essa vida virtuosa de longe estaria centrada em uma concepção natural da vida até então vivida, já que esta apresenta em sua dinâmica, uma gama de benefícios a um grupo seletivo de indivíduos que auto-afirmam suas qualidades constantemente devido a sua constituição natural, algo julgado pelos seus contrapostos naturais como fruto de uma “prepotente arrogância”. Os benefícios idealizados como dádiva presente no mundo ideal daqueles desprovidos de qualidades naturais seria um “melhoramento” daquilo até então vivido, uma caricatura aprimorada que enfim beneficiaria aqueles que vivessem uma vida, portanto virtuosa.

Obviamente, a vida virtuosa almejada como algo passível a recompensas presente nesse mundo imaginado seria o espelhamento da vida daqueles desprovidos de qualidades naturais, interpretadas enquanto qualidades categorizadas positivas. O “bom” passaria a ser o frágil, o penitente, o caridoso, enfim, o pequeno. Aquele que abusa de sua força, que se auto-afirma constantemente, que é independente em suas ações passaria, por conseqüência a ser considerado o “ruim”. Assim, com bases em uma negação do mundo vivido e no almejar de um mundo imaginado, a descrição dos mundos passaria a ser igualmente subvertida, algo já presente na filosofia de Sócrates (Platão): Mundo Vivido = Mundo das Ilusões e Mundo Imaginado = Mundo Verdadeiro. Cito o autor:

O mundo verdadeiro pode ser alcançado pelo sábio, pelo piedoso, pelo virtuoso – vive neles, *é eles*. [...] O mundo verdadeiro é inalcançável por ora, mas é prometido ao sábio, ao piedoso, ao virtuoso (“ao pecador que faz penitência”). (NIETZSCHE, 2010, p.40).

Para que a idéia desse Mundo Verdadeiro viesse a ser propagada e almejada não somente por aqueles desprovidos de qualidades naturais, mas sim por todos os seres humanos, era necessário o desenvolvimento de um

regramento social que viesse a subverter toda a dinâmica da vida até então vivida. Era necessário um conjunto de normas/leis que, espelhadas na dinâmica da vida virtuosa idealizada pelo fraco (reflexo de sua própria condição), convertessem aqueles ditos privilegiados pela natureza. Para que esses viessem a obedecer as normas impostas pelo grupo de indivíduos naturalmente fracos, a última e mais eficiente estratégia desses indivíduos veio a se fazer presente: a invenção de uma entidade superior, elevada a tudo e a todos, onipresente, juiz e capaz de punir com severidade todos aqueles que viessem a desrespeitá-lo, mas também capaz de beneficiar aqueles que viessem a se mostrar submissos as suas determinações. A essa entidade fora dada a alcunha de Deus e o responsável por propagar as “determinações” oriundas de esse ser superior, fora dado o título de Sacerdote. Assim escreve o autor: “Eis a fórmula mais geral que está no fundamento de todas as religiões morais: ‘faça isto e aquilo, não faça isto e aquilo – assim será feliz! Caso contrário...’” (NIETZSCHE, 2010, p.50).

A desobediência a Deus, isto é, ao sacerdote, à “lei”, recebe agora o nome de “pecado”; os meios para de novo se “reconciliar com Deus” são, como é justo, meios com que se garante ainda mais profundamente a sujeição ao sacerdote: só o sacerdote “salva”... (NIETZSCHE, 2005, p.61-62).

A estratégia de converter a natureza humana em algo que beneficiaria, de maneira não-natural, os indivíduos naturalmente desprovidos de qualidades (fraco) seria, segundo o autor, a maior estratégia já elaborada pela humanidade. Uma estratégia com fins de promover um princípio de igualdade social até então nunca visto, que usa da religião como ferramenta para a instauração de um poder político capaz de subverter toda uma estrutura social até então, segundo a perspectiva do autor, tida como natural.

Como exemplo desse grande processo de instauração de um poder político fundamentado na dinâmica do desenvolvimento religioso, Nietzsche nos apresenta o Cristianismo como instituição magna da subversão da natureza humana como o reflexo do ideal transformador oriundo daqueles desprovidos de qualidades naturais. Assim escreve Nietzsche em acusação ao Cristianismo:

O cristianismo tomou o partido de tudo o que é fraco, baixo, falho, fez da oposição aos instintos de conservação da vida forte um ideal; e até corrompeu a razão nas naturezas intelectualmente mais fortes, ao ensinar a ter valores superiores da intelectualidade como pecaminosos, como desorientadores, como tentações (NIETZSCHE, 2005, p.32).

O cristianismo enquanto instituição política com fins de organização social refletiria segundo Nietzsche, a clara dinâmica do processo de “melhoramento” – também entendido como “solução” – de um mundo vivido pouco condizente com as necessidades daqueles desprovidos de qualidades naturais (fraco), para não dizer que, este mundo, para estes, representa um mundo de constantes ameaças e que desperta o temor. A necessidade de se reverter uma condição que até então os tinha como criaturas inferiores, como de fato o era, na perspectiva de Nietzsche, a condição natural, ressalta o revolta como elemento intrínseco aqueles desprovidos de qualidades naturais. Essa revolta igualmente revela, na lógica do processo de desenvolvimento ilustrada pelo autor enquanto ascensão do Cristianismo em sua obra *O anticristo* (2005), a clara necessidade que os naturalmente fracos carregam em si de quererem, enfim dominar. Um princípio vingativo que se torna seu ato criador. Nietzsche assim escreve:

Para poder dizer *não* a tudo o que na Terra representa o movimento ascendente da vida, o sucesso, o poder, a beleza, a auto-afirmação, importava que o instinto de *ressentimento*, transformado em gênio, inventasse para si um outro mundo, a

partir do qual a afirmação da vida lhe surgisse como o mal, como o reprovável em si. (NIETZSCHE, 2005, p.56-57).

Em fim, a criação de um mundo onde as não-qualidades dos indivíduos desprovidos de qualidades naturais passassem a serem consideradas valorosas orientou a humanidade a uma subversão da natureza e a domesticação daqueles indivíduos contrapostos dotados de qualidades naturais. Deus seria a estratégia magna da arquitetônica objetivada pelos revoltados com a sua condição natural, já que, esta entidade superior criada em espelhamento ao homem fraco, teria o poder de punir, julgar e subjugar aqueles que abusassem de sua condição e, como um verdadeiro Pai, em contraponto a essa posição autoritária, beneficiária, com um Mundo Verdadeiro (ideal), aqueles que vivessem uma vida virtuosa, que não coincidentemente, seria a vida do indivíduo menor, ou como Nietzsche assim nomeia, o Escravo. Esse processo político acaba por instaurar um princípio de igualdade não-natural onde todos passariam a ser entendidos como indivíduos menores, penitentes a um mesmo Deus que, enquanto entidade onipresente, estaria constantemente avaliando e julgando as ações de cada um.

Concluindo esse grande processo, a figura do sacerdote teria um papel fundamental no auxílio do *ensignare*, isto é, do processo de orientação dos indivíduos, pejorativamente considerado “selvagem”, a adquirir um determinado conhecimento, que nesse caso, se refere a nova dinâmica da vida, agora vista como vida ideal, ou, na concepção do sacerdote, vida virtuosa. Enfim, na dinâmica desse longo percurso, a religião, em especial o Cristianismo segundo a perspectiva de Nietzsche, seria a mais elaborada e bem sucedida ferramenta de poder político já desenvolvido pela humanidade até então, responsável, para o bem ou para o mal, pelo Estado Político Organizado sobre o princípio de uma falsa idéia de igualdade com a qual nos habituamos a viver.

Referências bibliográficas

NIETZSCHE, F. W. *A Genealogia da Moral*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *O Anticristo*. Tradução: Heloísa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.

_____. *O Crepúsculo dos Ídolos*. Tradução: Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010.